

Superior Tribunal de Justiça

AgInt nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1797017 - SP (2019/0038521-0)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
AGRAVANTE : MARLI APARECIDA DE CASTRO
AGRAVANTE : WORMES JOSE THEODORO
AGRAVANTE : JONAS PEREIRA DA SILVA
AGRAVANTE : WILSON JOSE THEODORO
AGRAVANTE : NEIDE MARIA DA SILVA
AGRAVANTE : JOSE CARLOS DA SILVA
AGRAVANTE : JOSE JERONIMO SUPPI
AGRAVANTE : WAGNER FERRARI
AGRAVANTE : JOSE DE OLIVEIRA PEREIRA
AGRAVANTE : ANTÔNIO ALVES DA SILVA
ADVOGADOS : WELLINGTON DE LIMA ISHIBASHI - SP229720
WELLINGTON NEGRI DA SILVA E OUTRO(S) -
SP237006
AGRAVADO : SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV
AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : NAYARA CRISPIM DA SILVA E OUTRO(S) -
SP335584

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. POLICIAIS MILITARES INATIVOS. AÇÃO DE COBRANÇA. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO. VIOLAÇÃO DE SÚMULA. IMPOSSIBILIDADE. NÃO ENQUADRAMENTO NO CONCEITO DE LEI FEDERAL. OFENSA AOS ARTIGOS 3º E 4º DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. TESE QUE SUSTENTA A OFENSA À COISA JULGADA. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. O recurso especial não constitui via adequada para a análise de eventual ofensa a Súmula, ainda que vinculante, porque o termo não está compreendido na expressão "lei federal", constante da alínea *a* do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal.

2. A falta de prequestionamento da tese relativa à violação dos artigos 3º e 4º do CPC/2015 impede o conhecimento do recurso especial, a teor da Súmula 282/STF.

3. No caso, o Tribunal de origem registrou não ter ocorrido o trânsito em julgado da decisão em mandado de segurança coletivo, o que impediria o ajuizamento da ação de cobrança para o recebimento de parcelas pretéritas. A alteração do referido entendimento para acolher a alegação de afronta à coisa julgada, demandaria, necessariamente, o reexame do conjunto fático-probatório do caso vertente, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ.

4. Agravo interno não provido.

Superior Tribunal de Justiça

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 07 de outubro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Benedito Gonçalves
Relator

